

pelas águas do PARAÍBA

Ano 11
Edição Nº 22
Dezembro de 2010
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL

SP | RJ | MG

INFORMATIVO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP

Investimentos e processo eleitoral são aprovados em reunião do CEIVAP

TERESA BARBOSA/TEXTOARTE



www.ceivap.org.br

O CEIVAP aprovou no dia 9 de dezembro, em Resende (RJ), o Edital e os Critérios de Hierarquização para as propostas de captação de recursos financeiros referentes aos orçamentos de 2010 e 2011. Para isso, está disponibilizando no site www.ceivap.org.br um Manual de Orientação ao Proponente único para os anos de 2010 e 2011, oferecendo cerca de R\$ 52 milhões em recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. A maior parte desse valor será investido em ações estruturantes e estruturais propostas pelos futuros tomadores. Outro tema apreciado pela plenária foi a aprovação do edital do processo eleitoral do Comitê para o mandato 2011/2013 e a constituição da comissão que acompanhará as eleições. Ao todo, serão eleitos 60 membros, sendo 23 representantes do poder público, 13 da sociedade civil e 24 dos usuários de recursos hídricos.

■ PÁGINAS 4 A 7

AGEVAP ganha nova estrutura visando à gestão integrada

No segundo semestre deste ano, a AGEVAP assinou com o INEA dois contratos de gestão para atender a cinco Comitês de Bacias no Estado do Rio de Janeiro. Quatro destes comitês pertencem à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o que a torna a Agência única nas esferas federal e estadual em território fluminense, ampliando sua atuação de forma integrada. ■ PÁGINAS 10 E 11

O Informativo "Pelas Águas do Paraíba" é uma publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

Presidente

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Secretaria de Estado do Ambiente
do Rio de Janeiro – SEA/RJ

Vice-Presidente

Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Associação Brasileira de Engenharia
Sanitária e Ambiental – ABES/SP

Secretário

Cláudio Luis Dias Amaral
Fazenda Pedra Branca – MG

Coordenação Técnica

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@ceivap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Wagner Soares Costa

Presidente do Conselho Fiscal
Oswaldo de Carvalho Ramos

Diretor-Executivo
Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão
Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico
Flávio Simões

**Produção Gráfica / Editorial
Diagramação, Arte Final
Reportagens, Redação, Edição e Revisão**
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira
Braga, nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora
Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento
Hendrik Lucchesi Mansur
Aline Raquel de Alvarenga

Fotografias
TextoArte Comunicação e
Arquivos CEIVAP/AGEVAP

Impressão
Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

Tiragem
5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Grupo de Trabalho realiza 1ª reunião para avaliação de Regimento Interno

Aconteceu no dia 19 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira reunião de revisão do Regimento Interno do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). O encontro foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT), coordenado pela Analista de Relações Interinstitucionais da AGEVAP, Aline Alvarenga, e formado

por mais 13 membros do Comitê.

A nova revisão atende ao artigo nº 37 do Regimento Interno, que diz que o documento deve ser revisto após dois anos de sua aprovação – o que ocorreu no dia 3 de dezembro de 2007. Durante a reunião foram sugeridas e definidas algumas providências pelos presentes. As próximas avaliações acontecerão ao longo de 2011.

Estado de São Paulo implanta Sistema de Previsão e Alerta de Enchentes

Está em funcionamento, desde o mês de outubro, o novo Sistema de Previsão e Alerta de Enchentes do Estado de São Paulo, cuja central está instalada na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O projeto, que envolve investimentos de aproximadamente R\$ 2 milhões (mais R\$ 7 milhões na aquisição de novo radar), tem como objetivo centralizar os dados hidrológicos e meteorológicos coletados e processados por 250 pontos de monitoramento em todo o Estado, visando estabelecer um alerta sobre a ocorrência de eventos extremos com antecipação de aproximadamente duas horas.

Duas das três Salas de Situação que compõem o sistema já estão operando de forma parcial. Localizadas na capital paulista e em Piracicaba, as centrais monitoram as bacias hidrográficas do Alto Tietê e PCJ. A terceira ficará sediada na

bacia do rio Paraíba do Sul, no DAEE de Taubaté, e está em fase final de compra e instalação dos equipamentos.

Até o momento, já foram instaladas na região duas estações telemétricas (uma pluvial e outra fluvial, na bacia do rio Paraitinga) e outras duas estão aguardando implantação. Além disso, o DAEE está concluindo o Termo de Referência para licitação visando à contratação de empresa para instalação, operação e manutenção da Rede de Monitoramento e Alerta da Bacia do Rio Paraíba do Sul, com previsão de mais 15 postos de monitoramento. Todos os dados apurados irão compor o Sistema Estadual, que será complementado por informações processadas por outras instituições como Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Saneamento Básico do Estado (SABESP) e Companhia Energética de São Paulo (CESP).

Oficinas debatem nova metodologia da cobrança pelo uso da água na bacia

Cerca de 50 pessoas participaram, nos dias 20 e 21 de outubro, das "Oficinas para Contextualização da Proposta da Nova Metodologia da Cobrança pelo Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul". O evento, realizado na sede da Light, no Rio de Janeiro, foi organizado pelo CEIVAP com base nos relatórios preliminares da Gama Engenharia de Recursos Hídricos, consultoria contratada para realizar os estudos.

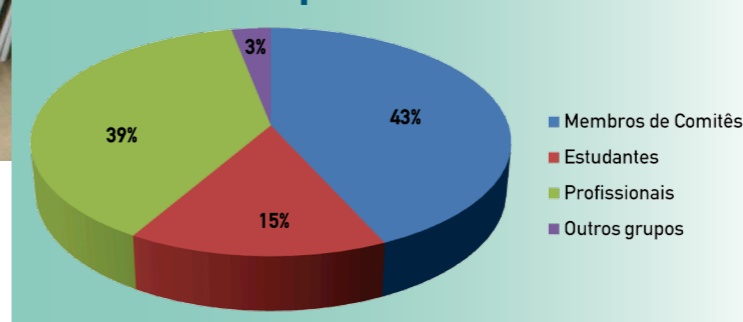
Em cada oficina os organizadores apresentaram as 14 alternativas da nova metodologia, que foram analisadas e priorizadas pelos participantes. No primeiro dia as discussões concentraram-se nas propostas para o segmento industrial. Já no segundo dia, os trabalhos foram dirigidos aos setores rural, mineração e saneamento. Estiveram presentes no encontro representantes de instituições usuárias dos três Estados da bacia.

XII ENCOB discute importância da comunicação para a gestão das águas

ARQUIVO: FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIA



Perfil do público do XII ENCOB



A Assembléia Geral Anual dos Comitês de Bacia do Brasil escolheu a cidade de São Luís (MA) para sede do ENCOB, em 2011

Mais de 1.400 pessoas ligadas aos diversos setores da área de recursos hídricos participaram do XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) e do I Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará (ENECOB). O evento foi realizado no período de 22 a 26 de novembro, em Fortaleza (CE).

Entre as entidades presentes no XII ENCOB, esteve o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), representado por Rosa Formiga – Diretora do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Ana Maria de Gouvêa – Instituto Ecológico e Vera Lúcia Teixeira – Nosso Vale Nossa Vida, membros do CEIVAP, também participaram do encontro.

Durante o encontro, que teve como tema "Comitês de Bacias na Gestão das Águas: A importância da Comunicação e Mobilização", foram realizadas conferências, palestras,

apresentações, reuniões, oficinas e cursos. No primeiro dia, comitês cearenses compuseram mesas de exposição sobre diversos temas, entre eles cobrança, outorga, educação ambiental, mobilização e sustentabilidade.

Ao longo do XII ENCOB, cursos e oficinas de capacitação abordaram temas relevantes para a gestão dos recursos hídricos, como o impacto das mudanças climáticas em bacias hidrográficas e os desafios da adaptação; plano de bacia como instrumento estratégico de sustentabilidade dos recursos hídricos; técnica de elaboração de projetos; fundamentos de hidrogeologia e proteção das bacias subterrâneas; e plano de mobilização e comunicação para os Comitês de Bacia.

No último dia foi realizada a Assembléia Geral Anual dos Comitês de Bacia do Brasil, que escolheu a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, para a sede do

XIII ENCOB, em 2011. Durante o encerramento do evento, o diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marco Neves, apresentou as 28 ações prioritárias do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - 2025.

As 160 sugestões originadas das oficinas regionais foram debatidas durante o ENCOB por técnicos de diversas instituições ligadas às questões ambientais. No final dos trabalhos, foram estabelecidas as iniciativas a serem implantadas na gestão de recursos hídricos no período 2011/2014 abrangendo cada uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras.

A consulta para definição das ações prioritárias encerra a primeira etapa do processo de revisão do PNRH. Agora o conjunto de ações passará pela análise da Câmara Técnica de Planejamento e, depois, seguirá para deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

CEIVAP delibera aplicação de recursos da cobrança da água

GIOVANI ROSSINI/TEXTOARTE



Edson Fujita, Diretor da AGEVAP; Rosa Formiga, Diretora do INEA; Aparecida Vargas, então Secretária do CEIVAP; Marilene Ramos, Presidente do CEIVAP; e Breno Gurgel, Vice-Presidente do CEIVAP, compuseram a mesa de trabalhos das Reuniões Ordinárias do colegiado, em Resende

Durante as 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias realizadas no dia 9 de dezembro, em Resende (RJ), os membros do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) aprovaram o Edital e os Critérios de Hierarquização para as propostas de captação de recursos financeiros referentes aos orçamentos de 2010 (R\$ 37 milhões) e 2011 (R\$ 15 milhões). Para isso, o Comitê disponibiliza em seu site (www.ceivap.org.br) um Manual de Orientação ao Proponente único para os anos de 2010 e 2011, tota-

lizando cerca de R\$ 52 milhões em recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

A maior parte desse valor será investido em ações estruturantes e estruturais propostas pelos futuros tomadores. O CEIVAP determinou que deste recurso R\$ 10 milhões sejam destinados a demandas induzidas, como: Pagamento por Serviços Ambientais, Programas de Educação Ambiental e Planos Municipais de Saneamento. Seguindo o calendário estabelecido no Edital, os proponentes têm como data-limite para apresentação de propostas o dia 1º de abril de 2011 e o CEIVAP apresentará a hierarquização dos empreendimentos até o dia 28 de julho (veja o calendário completo na página 7).

Outra deliberação aprovada na reunião foi referente ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). Essa aprovação teve uma ressalva de que o Termo Aditivo deverá ser alterado, posteriormente, se o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) – formado no âmbito do CEIVAP – conseguir êxito em suas negociações com a ANA. O GACG está propondo duas alterações no Contrato de Gestão: que seja diminuído o percentual da contrapartida a ser oferecida pelo tomador do recurso do CEIVAP; e que o Relatório de Regulação seja eliminado, mantendo-se apenas o Relatório de Situação. Ficou decidido na assembleia que, se essas duas propostas forem aprovadas pela ANA, o Contrato de Gestão deverá ser alterado, sem que seja necessária nova consulta ao plenário do Comitê.

A assembleia também acatou a Agenda de Atividades 2011 do CEIVAP e aceitou como válida a nova metodologia de avaliação da Agência pelos membros do Comitê. Ainda durante o evento, a Secretária do CEIVAP, Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas

(representante dos usuários do setor de hidroeletricidade de Minas Gerais - Energisa Soluções S.A.), entregou sua carta de renúncia ao cargo. Na ocasião, Paulo Teodoro de Carvalho, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), indicou Cláudio Luis Dias Amaral, da Fazenda Pedra Branca, para substituí-la – o que foi aprovado pelo colegiado. Membro titular do Comitê, ele representa o setor de usuários de recursos hídricos naquele Estado.

Comitê inicia processo eleitoral

Outro tema apreciado pela plenária do CEIVAP foi a aprovação do edital do processo eleitoral do Comitê para o mandato 2011/2013 e a constituição da comissão que acompanhará as eleições. Ao todo, serão eleitos 60 membros, sendo 23 representantes do poder público, 13 da sociedade civil e 24 dos usuários de recursos hídricos. Entre eles, serão escolhidos os membros da diretoria formada pelo Presidente, cargo que será ocupado por um membro de São Paulo; Vice-Presidente, indicação de Minas Gerais; e Secretário, que representará o Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Regimento Interno do CEIVAP, há uma rotatividade entre os três Estados da bacia nos cargos diretivos.

Para preenchimento das vagas dos titulares e suplentes as

entidades da Sociedade Civil e dos Usuários de Recursos Hídricos, os Comitês Afluentes ou as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul devem realizar Fóruns Estaduais até o dia 28 de fevereiro de 2011. A eleição e posse dos novos representantes do CEIVAP ocorrerão em reunião plenária prevista para o dia 31 de março de 2011.

Para Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel, Vice-Presidente do CEIVAP, o grande desafio da nova gestão será a administração dos recursos. “Teremos sempre de viver numa situação de falta de recursos porque o valor da cobrança pelo uso da água não pode impactar economicamente as atividades dos principais usuários”, pondera. Em sua opinião, o ideal seria utilizar os valores disponíveis de forma que eles

servam de alavanca para se conseguir mais recursos. “A idéia é gerenciar demandas induzidas com o objetivo de trazer empreendimentos mais estratégicos para o Comitê”, explica.

O processo eleitoral será acompanhado por uma comissão indicada pelos membros do CEIVAP, composta por nove integrantes: São Paulo - Edilson Andrade (Estado), Renato Veneziani (Sociedade Civil) e João Rodrigues (Usuários); Minas Gerais - Marília Carvalho de Melo (Estado), Fabiano Diogo Ferreira (Sociedade Civil) e Paulo Valverde (Usuários); Rio de Janeiro - Rosa Formiga (Estado), José Alfredo Charneux Sertã (Sociedade Civil) e Alexandre Nascimento da Silveira (Usuários). As informações completas sobre as eleições estão disponíveis no site do CEIVAP.

TERESA BARBOSA/TEXTOARTE



Plenário discutiu critérios de hierarquização de projetos, calendário, eleições, entre outros assuntos

Manual de Orientação ao Proponente CEIVAP passa por inovação

O Manual de Orientação ao Proponente do ano de 2010, do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), traz uma grande inovação. Ao contrário dos demais, que mudavam ano a ano, o novo documento tem a proposta de ser perene, ou seja, ter um texto base que se mantenha constante e seja válido para as próximas captações de recursos.

A mudança no documento, que apresenta os critérios, requisitos e demais condições para obtenção de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, é fruto de um trabalho conjunto do Grupo de Trabalho de Revisão do Manual (GT) e da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do colegiado. Para compor o GT, foram indicados pela diretoria do CEIVAP os seguintes integrantes: Paulo Valverde e Virgílio Furtado, representantes de Minas Gerais; Breno Gurgel e Zeila Piotto, representantes de São Paulo; e Moema Versiani Acselrad e Eloisa Torres, representantes do Rio de Janeiro. Tanto o grupo quanto os membros da CTC também discutiram durante o ano de 2010 a revisão e consolidação de critérios de hierarquização de propostas e a análise e discussão de termos de referência para demandas induzidas.

De acordo com Zeila Piotto, coordenadora da CTC e do GT, a proposta do trabalho foi retirar do manual as informações que são alteradas anualmente. "Relocamos para o edital ou para deliberações as informações que podem ser alteradas a cada ano, como por exemplo isenções de contrapartida ou valores disponíveis para aplicação em projetos", explica. Dessa forma, o processo de aplicação dos recursos da cobrança passa a ser composto pelo manual de orientação ao proponente, edital e deliberações que proponham planos de aplicação ou mecanismos de indução.

Outra alteração sugerida pela CTC foi a obrigatoriedade de que constem no edital as datas previs-

tas para a divulgação das principais etapas do processo de captação de recursos: habilitação, hierarquização e seleção das propostas. O objetivo é dar mais transparência aos procedimentos e informações claras aos proponentes.

No novo manual, em respeito ao Plano de Bacia, as propostas receberam novas categorias e ficaram divididas em estruturantes e estruturais. A primeira modalidade refere-se a projetos de engenharia: programas e projetos de educação ambiental, capacitação, mobilização e comunicação social; e estudos, planos e outros programas. Já na segunda categoria, serão passíveis de financiamento projetos de engenharia que incluam trabalho técnico social, como, por exemplo, obras de sistema de esgoto, aterros sanitários, drenagem e combate a enchentes.

O manual, revisado pela CTC e GT, foi aprovado pelo CEIVAP no dia 25 de agosto, durante reunião plenária realizada em Astolfo Dutra (MG). Já na reunião plenária do dia 9 de dezembro, em Resende (RJ), a assembléia optou por disponibilizar os recursos 2010 e 2011 pelo mesmo manual, edital e critérios de hierarquização. Sendo assim, serão disponibilizados cerca de R\$ 52 milhões para serem aplicados em ações de preservação e recuperação da bacia do rio Paraíba do Sul.

Podem solicitar recursos entidades das seguintes áreas: administração pública direta, administração pública indireta, empresas do setor privado, empresas detentoras de concessões de serviços públicos urbanos e organizações civis sem fins lucrativos. Também é possível utilizar o mecanismo diferenciado de pagamento, onde o usuário/proponente não recebe recursos financeiros, mas pode abater parte do valor a ser pago pelo uso dos recursos hídricos.

Para Zeila, embora o trabalho tenha contado com grande participação de todos os envolvidos, ele



FOTOS: DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

A Câmara Técnica Consultiva (CTC) realizou ao longo de 2010 diversas reuniões para revisão do Manual ao Proponente, consolidação de critérios de hierarquização de projetos e discussão de termos de referência para demandas induzidas

GIOVANI ROSSINI/TEXTOARTE



No destaque, Zeila Piotto, coordenadora do GT e da CTC

ainda deve ser aprimorado. "Apesar da dedicação do GT e da CTC, o documento poderia ter sido feito por especialistas contratados, em especial, quanto ao aspecto jurídico. Assim, o Manual de Orientação ao Tomador ainda precisa ser aperfeiçoado, de modo a reduzir a burocracia do processo", argumenta.

Os interessados em apresentar propostas podem obter mais informações sobre o Manual CEIVAP 2010/2011 através de contato telefônico: (24) 3355-8389; pelo e-mail: ceivap@agevap.org.br; pelo site www.ceivap.org.br; ou ainda na Sede da AGEVAP, situada à Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – 4º andar – AEDB, Morada da Colina, em Resende (RJ).

Edital de Seleção Calendário de Atividades

Início da divulgação do Edital	10.12.10
Reunião de capacitação Estado de Minas Gerais	Jan/Fev
Reunião de capacitação Estado do Rio de Janeiro	Jan/Fev
Reunião de capacitação Estado de São Paulo	Jan/Fev
Data-limite para a submissão de propostas	01.04.11
Data de publicação da relação das propostas inscritas	08.04.11*
Data de publicação da relação das propostas habilitadas (documento institucional)	30.04.11
Data de publicação das propostas hierarquizadas pelo CEIVAP	28.07.11
Data do envio das propostas para o Agente Técnico	15.08.11
Data do início da convocação dos Tomadores pelo Agente Técnico	29.08.11

* Se houver problemas com os Correios, os prazos a partir desta data poderão ser alterados

CBH-PS e CBH-Rio Dois Rios também iniciam processo eleitoral



GISELA SANCHES/TEXTOARTE

Na bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, Comitês de rios afluentes nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro também vão realizar processos eleitorais para o biênio 2011/2013. O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) e o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios (CBH-Rio Dois Rios) já estão divulgando seus calendários de atividades. Também está prevista eleição no Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (CBH - Médio Paraíba), mas o colegiado ainda não publicou as informações.

De acordo com a Secretaria Executiva do CBH-PS, que coordena o trabalho, o cadastramento da Sociedade Civil vai acontecer no período de 17 de dezembro de 2010 a 11 de fevereiro de 2011 e as entidades interessadas deverão ter no mínimo dois anos de existência legal devidamente comprovada. Poderão participar do processo

universidades e entidades de pesquisa; usuários agrícolas; associações de moradores; usuários industriais; entidades ambientalistas; associações especializadas em recursos hídricos; entidades de classe de engenheiros e arquitetos; entidades de classe de advogados; entidades mineradoras; e clubes de serviços.

O Fórum para escolha dos representantes da Sociedade Civil Organizada no Comitê será no dia 26 de fevereiro, às 10h30, na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em Taubaté. Já o Estado e os Municípios terão prazo para indicação dos seus representantes até 11 de março. Serão enviados ofícios aos órgãos do Estado com assento no Comitê solicitando a designação dos representantes (um membro titular e um suplente). Os prefeitos vão escolher 12 representantes titulares e respectivos suplentes, de cada grupo. Essa escolha poderá ser feita em reunião Plenária

do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale Paraíba (CODIVAP) ou por meio de reuniões nos grupos. A posse dos novos membros e eleição da diretoria do CBH-PS acontece no dia 30 de março. Outras informações na Secretaria Executiva do Comitê pelo telefone (12) 3632-0100 ou e-mail: cbh-ps@comiteps.sp.gov.br.

No CBH-Rio Dois Rios serão eleitos 24 membros, sendo oito de cada segmento: sociedade civil, poder público e usuários. Os membros do poder público municipal terão seus representantes indicados pelos prefeitos dos municípios, por consenso entre eles, em reunião específica convocada pela Secretaria Executiva do Comitê. Para se habilitarem a participar do processo, os usuários e entidades da sociedade civil interessados deverão se inscrever mediante a apresentação de uma ficha de inscrição e documentação junto à Secretaria do Comitê no período de 1º a 31

RJ regulariza uso da água no setor agrícola

A regularização do uso de recursos hídricos por cerca de 10 mil agricultores e empreendedores rurais familiares do Estado do Rio de Janeiro será incentivada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão executivo da Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), numa iniciativa conjunta com a Secretaria Estadual de Agricultura.

Os procedimentos a serem adotados para a regularização foram estabelecidos pela Resolução INEA nº 15, assinada pelo presidente do instituto, Luiz Firmino Martins Pereira, em setembro. Com isso, os agricultores familiares vão se regularizar, aderir ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Decreto nº 40.156/06 e Portaria SERLA nº 555/07) e será possível para os órgãos gestores um controle adequado da utilização dos recursos hídricos no Estado. Trata-se de um instrumento essencial para a garantia da sua disponibilidade para o futuro.

A medida é justificada tendo em vista que o setor agrícola é um dos maiores consumidores de água bruta, principalmente para fins de irrigação. A resolução define que a regularização de uso da água dos agricultores familiares e empreende-

dores familiares rurais será feita mediante cadastramento dos usuários no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

Após o cadastramento, os usuários terão prazo de 18 meses para completar o processo de regularização por meio do requerimento da outorga de direito de uso da água ou certidão ambiental de uso insignificante. Para conscientizar os agricultores da importância da regularização, o INEA vai atuar em conjunto com a Secretaria Estadual de Agricultura, através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER/RJ).

Nos meses de outubro e novembro, 146 agentes dos escritórios regionais da EMATER foram capacitados pela Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos (GEIRH) para atuar junto aos agricultores, auxiliando no preenchimento da declaração de uso no CNARH.

Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com as superintendências regionais do INEA, pelo site: <http://www.inea.rj.gov.br/instituicao/superintendencias.asp> ou ainda nos escritórios regionais da EMATER (Fonte: INEA).

Reunião Plenária do CBH-PS, realizada no Departamento de Agronomia da Universidade de Taubaté, no dia 16 de dezembro, aprovou o calendário para o processo eleitoral 2011/2013

de janeiro de 2011. As organizações da sociedade civil deverão estar legalmente constituídas há no mínimo dois anos.

A divulgação da lista final dos candidatos habilitados será divulgada no dia 18 de fevereiro. Em seguida, no dia 24 do mesmo mês, será realizado o fórum para a eleição de todos os membros, exceto os do poder público estadual e federal, que serão indicados pelos respectivos governos. A posse dos membros e a eleição da nova diretoria estão previstas para o dia 24 de março, quando ocorre a reunião plenária do CBH-Rio Dois Rios. Mais informações sobre o processo eleitoral podem ser obtidas pelo e-mail: secretaria2rios@gmail.com.

ANA premia iniciativas ambientais

No dia 1º de dezembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) homenageou boas iniciativas de uso sustentável da água no Brasil durante a entrega do Prêmio ANA 2010. Com o tema "Água: o Desafio do Desenvolvimento Sustentável", a premiação reconheceu trabalhos de sete categorias: Empresas, Ensino, Governo, Imprensa, ONG, Organismos de Bacia e Pesquisa e Inovação Tecnológica. Os ganhadores receberam o Troféu Prêmio ANA, obra do mestre vidreiro italiano Mario Seguso.

Entre os vencedores, São Paulo ficou com três prêmios (Imprensa, Organismos de Bacia e Pesquisa e Inovação Tecnológica). Outros quatro Estados venceram nas demais categorias: Mato Grosso do Sul (ONG), Minas Gerais (Governo), Paraná (Empresa) e Rio Grande do Sul (Ensino). No total, 286 trabalhos de 22 Estados e do Distrito Federal se inscreveram ao Prêmio ANA, um recorde das três edições. Para conhecer os projetos vencedores, acesse o site: www.ana.gov.br/premio.

Visando à gestão integrada, AGEVAP ganha nova estrutura

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



Sede da AGEVAP em Resende (RJ)

A gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul é o principal objetivo do Sistema CEIVAP/AGEVAP. Desde a criação do Comitê, em 1997, e a implantação da Agência da Bacia, em 2003, todos os esforços têm sido orientados para que as ações sejam realizadas em prol da preservação e recuperação da quantidade e qualidade da água. Recentemente, mais um passo nessa direção foi alcançado com a assinatura de mais dois contratos de gestão entre a AGEVAP e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para atender a cinco Comitês de Bacias no Estado do Rio de Janeiro.

Os contratos, assinados no segundo semestre de 2010, representam também a consolidação e expansão da Agência. O primeiro, assinado no dia 5 de julho, delega à AGEVAP as funções de competência de Agência de Água das regiões hidrográficas do Médio e Baixo Paraíba do Sul, Rio Dois Rios e Rio Piabanha, tornando-

se, dessa forma, a Agência única nas esferas Federal e Estadual em território fluminense do rio Paraíba do Sul. O segundo contrato, que expande os limites da atuação da Agência para fora da bacia hidrográfica, foi firmado no dia 18 de outubro e se refere à atuação da AGEVAP junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim. Embora não faça parte da bacia, o rio Guandu é favorecido pela transposição de dois terços das águas do rio Paraíba do Sul, processo que permite o abastecimento da Capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, o Comitê Guandu tem em sua composição diversos municípios que também integram parte da bacia do Médio Paraíba do Sul.

Para atender estas novas demandas a AGEVAP iniciou um grande processo de reestruturação. Os contratos firmados junto ao INEA prevêem que a Agência da Bacia crie Unidades Descentralizadas (UDs) nas ci-

dades fluminenses de Volta Redonda, Nova Friburgo, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Itaiva e Seropédica. O instituto disponibilizará, sem custo, à agência o local para instalação das UD's. No entanto, esta se responsabilizará pela aquisição de equipamentos, mobiliário e contratação de funcionários.

Desde o dia 10 de novembro, já está em funcionamento a unidade de Volta Redonda. O escritório foi instalado em uma sala na Superintendência do INEA com mobiliário cedido provisoriamente pela instituição e estagiário contratado pela AGEVAP. A Superintendência do INEA de Nova Friburgo também disponibilizou espaço para a instalação da UD na cidade. Nas demais localidades, estão sendo feitas negociações para cessão das salas.

De acordo o Coordenador de Gestão da Agência, Hendrik Mansur, o processo de seleção pública da AGEVAP para a contratação de 33 fun-

cionários ainda está em andamento. "Ao todo, 826 profissionais se inscreveram para as vagas de assistente, analista administrativo, especialista administrativo financeiro, especialista em recursos hídricos, coordenador de núcleo, gerente administrativo financeiro, gerente de recursos hídricos, engenheiro e coordenador de comunicação, mobilização e educação ambiental", informa.

As provas objetivas foram realizadas no dia 5 de dezembro, nas cidades de Volta Redonda e Campos dos Goytacazes, e a contratação e capacitação dos aprovados acontecem entre 10 e 21 de janeiro de 2011. "Seguindo este cronograma de trabalho, todas as UD's deverão estar prontas para funcionar no dia 24 de janeiro", diz o coordenador.

Para Edson Fujita, Diretor da AGEVAP, o aumento do número de funcionários exigirá muita sincronia. "A Agência, que passa de sete para quarenta funcionários, tem como grande desafio o preparo dos mesmos para uma atuação em equipe, sincronizada com os objetivos individuais de cada Comitê e sem perder a visão da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da bacia", afirma. O Diretor salienta que essa nova estrutura da agência traz também novas responsabilidades. "O aumento dos recursos repassados à AGEVAP,

oriundos dos novos contratos, cria a necessidade de atuação mais profissionalizada para a adequada aplicação, respeitando as deliberações de cada Comitê e as cláusulas dos Contratos de Gestão", diz.

O presidente do INEA, Luiz Firmiano, afirma que a Agência de Água vai ter um papel de extrema relevância, uma vez que as quatro bacias estaduais são contribuintes do Paraíba do Sul e a AGEVAP tem contrato semelhante com a Agência Nacional de Águas (ANA) para a gestão deste rio, que é de domínio federal. "Seremos o primeiro Estado a ter o modelo pleno da legislação das agências funcionando e proporcionando aos comitês a estrutura necessária e a capacidade de dar desenvoltura a tudo aquilo que for decidido no colegiado. Acredito que é um marco para o Rio de Janeiro e para o país como um todo", salienta. Segundo ele, o INEA também apóia a iniciativa do CBH-Guandu de qualificar a AGEVAP como sua delegatária, principalmente considerando que esta área hidrográfica está hidráulicamente conectada à bacia do rio Paraíba do Sul.

O Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Wagner Soares Costa – representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) –, acredita que os contratos assinados mostram a

confiança das entidades públicas no sistema de gestão das águas. "Estes contratos consolidam a AGEVAP como Agência de Bacia, possibilitando uma visão integrada de todo o contexto hídrico no Estado e contribuindo com a melhoria do planejamento e coordenação das ações a serem executadas".

Os quatro comitês afluentes do rio Paraíba do Sul abrangem 57 municípios na região conhecida como Vale do Paraíba Fluminense. Sua população atual é de cerca de 3 milhões de habitantes (IBGE/2009) e a área de drenagem se estende por 27.974 km². Entre 2004 e 2010, a cobrança estadual pelo uso da água arrecadou nos quatro Comitês R\$ 8,5 milhões da totalidade de usuários contribuintes. O INEA repassará à AGEVAP R\$ 2,4 milhões para sua atuação junto aos colegiados

Já a bacia dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim abrange uma área de drenagem de 1.921 km², onde vivem cerca de um milhão de pessoas. Esta bacia hidrográfica engloba, parcialmente ou integralmente, o território de 12 municípios fluminenses: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri, Paracambi, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Vassouras, Piraí e Rio Claro. Para gerir as atividades do comitê, a AGEVAP receberá um repasse de R\$ 1,5 milhão do INEA.

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



A equipe da Agência da Bacia, que atualmente é formada por 7 funcionários, 12 estagiários e 2 colaboradores, contará com mais 33 profissionais em janeiro. Com o apoio do INEA, Unidades Descentralizadas serão instaladas nas cidades fluminenses de Volta Redonda, Nova Friburgo, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Itaiva e Seropédica

Guaratinguetá lança PSA com meio milhão de reais em caixa

“Incentivar a sustentabilidade de projetos desenvolvidos na área rural, principalmente aqueles que colaborem para a garantia da disponibilidade e qualidade de água para a população urbana”. Esse é o objetivo do Programa Produtor de Água, lançado no dia 20 de novembro no município de Guaratinguetá. O projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi instituído por Lei Municipal, aprovada no dia 9 de novembro de 2010, e já começa suas atividades com R\$ 531 mil em caixa.

O programa é composto por recursos do orçamento da Prefeitura Municipal e de contribuições de vários parceiros através de contratos firmados. De acordo com Washington Luiz Agueda, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a expectativa é que 50 produtores rurais comecem a receber o benefício já em 2011.

Agueda informa que os beneficiados pelos recursos deverão colaborar, através de práticas e manejos conservacionistas de melhoria da cobertura vegetal, para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e para o aumento da infiltração de água, segundo o conceito provedor-recebedor. “O dinheiro também será

investido em ações de recuperação florestal com espécies nativas da Mata Atlântica, saneamento rural, capacitação de agentes multiplicadores, educação rural e cultura na bacia hidrográfica do ribeirão Guaratinguetá”, completa.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA) é a responsável pela coordenação, implementação, fiscalização e controle do PSA. “É importante ressaltar que Guaratinguetá é a primeira cidade no Estado de São Paulo a implantar o Programa Produtor de Água com iniciativa própria, pois possui recursos de seu orçamento para o pagamento dos serviços ambientais. E isso só foi possível graças às conquistas e arranjos institucionais, concretos e positivos, existentes nas ações e programas do município desenvolvidos há mais de uma década”, salienta o secretário.

Entre as vantagens do programa estão a fixação do homem no campo, a valorização dos proprietários de terra que até hoje preservaram suas nascentes através da conservação das florestas, o incremento da biodiversidade e a garantia da proteção da qualidade e disponibilidade de água nas bacias

hidrográficas do município de Guaratinguetá, com reflexo positivo nas outras cidades a jusante. A Prefeitura entende que há ainda um grande desafio: implantar um instrumento novo e complexo que deve possuir muita transparência e responsabilidade, principalmente por ter aplicação de recursos públicos e privados em áreas particulares. Segundo Agueda, o próximo passo será a regulamentação da lei por meio de decreto, que deve ser aprovado no início de 2011.

A iniciativa da Prefeitura de Guaratinguetá tem o apoio da AGEVAP e do CEIVAP. Recentemente, o Comitê também aprovou o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no orçamento de 2010. O projeto, proposto por demanda induzida, será desenvolvido em três anos e prevê recursos no valor de R\$ 600 mil a ser aplicado nos três Estados da Bacia.

O lançamento do Programa Produtor de Água, em Guaratinguetá (SP), reuniu mais de mil convidados e autoridades como o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Pedro Ubiratan, e o Prefeito Municipal Júnior Filipo

SEAMA – PM GUARATINGUETÁ

